

## DEFICIÊNCIA VISUAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: O ESTADO DA ARTE DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Phelipe Lins de Moura <sup>1</sup>  
Neiza de Lourdes Frederico Fumes <sup>2</sup>

### RESUMO

A Educação Superior está em destaque nas discussões atuais, dentre elas ressalta-se a que abrange a inclusão de pessoas com deficiência e os seus desafios. Como uma das consequências, observa-se a ampliação de pesquisas que discutem esta temática. Mediante a isso, o objetivo deste estudo foi mapear e analisar as pesquisas realizadas no Brasil relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Superior. Esta pesquisa se caracteriza como do tipo Estado da Arte, podendo ser definida como uma modalidade de pesquisa bibliográfica. Foram selecionados 15 trabalhos (13 dissertações e duas teses), os quais foram posteriormente analisados. Os resultados evidenciam que existe uma fragilidade teórica e metodológica nas produções de dissertações e teses. As pesquisas analisadas também apontaram que as universidades têm oferecido condições para que os estudantes com deficiência visual possam frequentar esse nível de ensino, porém, há lacunas a serem superadas. Além disso, os estudos apontaram para um ponto crítico no processo inclusivo: a formação dos professores. Foi possível também averiguar a existência de uma carência na participação das pessoas com deficiência nas pesquisas e nas produções. Concluiu-se que o processo de inclusão do aluno com deficiência na Educação Superior precisa envolver toda a comunidade educacional (professores, gestores, corpo técnico e os demais estudantes), e valores relacionados a esse processo devem nortear as políticas e práticas institucionais.

**Palavras-chave:** Inclusão; Deficiência Visual; Educação Superior; Estado da Arte.

### INTRODUÇÃO

A Educação Superior está em destaque nas discussões atuais, principalmente quando se refere à inclusão e aos desafios que surgem desse processo, com incontáveis pesquisas sendo produzidas discutindo sobre alunos com deficiência e a inclusão destes na Educação Superior no Brasil. No entanto, é considerado insuficiente o que se conhece sobre o ingresso, o acesso, e a permanência desses alunos nesse nível de ensino. Levantando diversas questões a respeito das ações que são necessárias para garantir a inclusão desses alunos na Educação Superior (CASTRO; ALMEIDA, 2014).

Pacheco e Costas (2006) compreendem que a inclusão de alunos com deficiência na Educação Superior requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, phelipe.moura@cedu.ufal.br;

<sup>2</sup> Professora Orientadora: Doutora, Centro de Educação e Instituto de Educação Física e Esporte - UFAL, neiza.fumes@iefe.ufal.br.

como: formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, adaptação do currículo, e a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Com a inclusão se cria condições favoráveis para que a pessoa com deficiência possa participar das situações acadêmicas e sociais de forma plena. Cantorani et al (2020) indicam que a inclusão representa o avanço em direção à igualdade de direitos entre os indivíduos que formam a sociedade. Trata-se da extensão, a todos, do direito de integrar e participar de todas as dimensões dos ambientes sociais, sem sofrer qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

De acordo com o Censo realizado pelo INEP/MEC, nos anos compreendidos entre 2009 e 2017, percebe-se uma considerável evolução no número de matrículas de alunos com deficiências em cursos de graduação. Em 2009, esse quantitativo era de 20.530 alunos e, em 2017, passou a ser de 38.272 alunos matriculados, sendo 2043 desses alunos com deficiência visual.

Esse aumento de matrícula nos cursos de graduação na Educação Superior pode ser atribuído ao desenvolvimento de políticas públicas inclusivas pautada especificamente à Educação Superior. Iremos citar algumas delas, como: o REUNI, projeto que subsidia a redução das taxas de evasão, aproveitamento de vagas ociosas, otimização da mobilidade estudantil, reorganização curricular, diversificação da oferta de cursos de graduação, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; o Programa de Inclusão no Ensino Superior – INCLUIR, que, amparado em dispositivos legais e em orientações de organismos internacionais, tem como meta a democratização do ensino visando a grupos populacionais em situações de vulnerabilidade social, com a finalidade de assegurar o direito da pessoa com deficiência à Educação Superior (BRASIL, 2013b; MARTINS et al., 2017, p. 3).

Recentemente, houve um grande avanço na garantia aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil com a criação da lei n. 13.409, de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino (IFE) (BRASIL, 2016), que caracteriza modernização do arcabouço jurídico voltado para a proteção dessa população. Com a sua aprovação foram impostas adequações no que se refere ao processo de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência. Logo, nota-se que, há considerável aparato legal para garantir a diminuição e, inclusive, a eliminação das barreiras existentes.

Porém, abordando os dados referentes às matrículas de pessoas com deficiência na Educação Superior, não podemos deixar de considerar que esses números são animadores e

preocupantes simultaneamente. Animadores, pois representa um alargamento do acesso à Educação Superior e um avanço nos anos de escolarização da pessoa com deficiência, e preocupantes, pela precariedade do sistema educativo para garantir a permanência e o aprendizado com sucesso desse alunado, historicamente invisibilizado e excluído da/pela sociedade.

Dechichi, Silva e Gomide (2008, p. 338) explicam que:

A chegada de alunos com necessidades educacionais especiais aos cursos de graduação das universidades públicas têm revelado a necessidade emergencial que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário.

Sasaki (2006) pontua que, atualmente, há convergência entre duas tendências que antes se davam de forma distinta: o aumento da quantidade de alunos com deficiência que está frequentando cursos superiores e a adoção de medidas para atender as necessidades desses alunos, sendo que tais necessidades são de dois âmbitos, a saber: medidas de ingresso e de permanência no curso escolhido.

Em relação ao ingresso, as medidas são relacionadas à adaptação das avaliações para as necessidades do discente. Já sobre a permanência, são necessárias medidas para sanar as barreiras: atitudinais advindas dos professores e colegas; arquitetônicas, relacionadas às instalações da universidade; orais, da comunicação com os pares e docentes; e técnicas, como, por exemplo, dificuldade para fazer anotações, apresentar tarefas em casa entre outros (SASSAKI, 2006). Além disso, visando eliminar tais barreiras, a formação dos docentes que atuarão com este público precisa ser pensada e modificada.

Assim, o presente estudo tem por objetivo mapear e analisar as dissertações e teses realizadas no Brasil relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Superior. Com isso, pretende-se verificar o que tem sido produzido sobre esse alunado e assim procurar ampliar a compreensão da temática.

## **METODOLOGIA**

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa do tipo Estado da Arte que, segundo Ferreira (2002), pode ser definido como uma modalidade de pesquisa bibliográfica, que têm por objetivo:

O desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado,



publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (p. 258).

Assim, busca-se aprofundar as discussões sobre os estudos que estão sendo realizados, “tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Para sistematizar o estado da arte foi realizado um estudo descritivo, com abordagem quantiquantitativa, o qual visa alcançar um aprofundamento sobre as publicações relevantes presentes na literatura nacional sobre os temas: Educação Superior e deficiência visual.

### **Procedimentos para a coleta de dados**

O processo de busca e seleção das dissertações e teses ocorreu durante o mês de março de 2020. Sendo realizado uma extensa revisão da literatura, na seguinte base de dados – Pesquisa Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O primeiro passo da busca foi a identificação do descritor mais relevante para o tema na BDTD. Como critério de inclusão das dissertações e teses utilizou-se: trabalhos realizados nas universidades brasileiras, que tenham como sujeitos/participantes (diretos e/ou indiretos) pessoas com deficiência visual e/ou cegueira e realizados no âmbito da Educação Superior.

### **Levantamento das teses e dissertações referentes à pesquisa**

O levantamento de produções bibliográficas abrangeu o período dos últimos 05 anos (de 2015 a 2020) e nas buscas utilizou como descritor: “DEFICIÊNCIA VISUAL” And “EDUCAÇÃO SUPERIOR”.

Tendo como esses pontos de partida, foram realizadas as seguintes etapas para a constituição do corpus:

a) Pesquisa de produções científicas sobre deficiência visual e Educação Superior: nessa primeira etapa foram identificadas 126 trabalhos (98 dissertações e 28 teses). Entretanto, após análise inicial, foram identificadas dissertações e teses que não atendiam ao critério, como também levou-se em consideração os trabalhos escritos em português. Utilizando esses critérios, chegou-se ao total de 70 trabalhos (53 dissertações e 17 teses).

b) Como resultado desta análise, dos 70 trabalhos anteriormente apontados, 15 foram selecionados (13 dissertações e 2 teses), utilizando como critérios os trabalhos realizados nas universidades brasileiras, que discutissem sobre Deficiência Visual e Educação Superior.

c) Leitura dos resumos das publicações disponibilizadas nas bases de dados em questão e construção de sínteses prévias dos 15 trabalhos, levando em conta o período de

publicação, o nível (M/D), a Instituição, o Programa de Pós-Graduação, o Orientador, o Financiamento, o objetivo, o tipo de pesquisa, as técnicas e instrumentos de coleta de dados, os sujeitos participantes, o local da pesquisa, o procedimento de análise, os fundamentos teóricos e/ou autores e os resultados.

### **Busca no site do programa de pós-graduação**

A partir da seleção feita com a leitura dos resumos, as teses e dissertações foram acessadas na íntegra nos bancos de cada site dos programas de pós-graduação indicados e/ou da respectiva universidade em que o programa estava vinculado.

Com isso, foram objetos do presente estudo 15 pesquisas relacionadas a seguir: Sehnem (2018), Rodrigues (2018), Pimenta (2017), Shimité (2017), Ferreira (2016), Santiago (2016), Oliveira (2017), Siqueira (2017), Messerschmidt (2018), Azevedo (2017), Freitas (2015), Zampar (2015), Urban (2016), Almeida (2016).

### **Procedimentos para análise da produção científica**

Para a análise dos dados dessas 15 produções, foram utilizadas técnicas de organização e categorização. Segundo Ludke e André (1986, p. 45), “A tarefa da análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes”. Ao detectar “[...] temas e temáticas mais frequentes, esse procedimento, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 42).

A leitura dos resumos dessas produções culminou na necessidade de se organizar os dados. Para isso, foi elaborada uma ficha de resumo de teses e dissertações que buscou coletar os principais pontos dos objetos da pesquisa. Foi preenchida uma ficha para cada pesquisa com os dados de identificação do estudo, sujeitos e resultados.

Essa organização levou-nos a categorizá-las da seguinte forma: identificação da pesquisa; identificação dos participantes e local das pesquisas; instituições participantes das pesquisas; acesso para entrada na instituição de ensino superior; adaptações e acessibilidade durante a permanência; barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais encontradas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando os objetivos e os resultados das Dissertações e Teses, estes foram organizados em três categorias: a) Ingresso, acesso e permanência; b) Acessibilidade, inclusão

e práticas pedagógicas; e, c) Suportes, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos. O quadro 4 mostra essa distribuição:

Quadro 4 - Distribuição das Dissertações e Teses conforme objetivos e resultados

Categorias	Autores e ano da publicação
Ingresso, acesso e permanência	Pimenta(2017); Ferreira (2016); Azevedo (2017); Freitas (2015); Urban (2016)
Acessibilidade, inclusão e práticas pedagógicas	Rodrigues (2018); Shimite (2017); Oliveira (2017); Siqueira (2017); Messerschmidt (2018); Zampar (2015); Almeida (2016)
Suportes, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos	Silva (2018); Sehnem (2018); Santiago (2016)

Fonte: Elaborado pelos autores

A seguir, são apresentados esses resultados por cada categoria.

**a) Ingresso, acesso e permanência**

Nessa categoria, as dissertações e as teses tinham objetivos relacionados ao ingresso, acesso e permanência de estudantes com deficiência visual na Educação Superior. Essas produções consideram a ampliação do número de estudantes nas Instituições de Ensino Superior e a necessidade de analisar o acesso de tais alunos, como também a permanência, de maneira que as IES venham adotar oportunidades que favoreçam o ensino-aprendizado de boa qualidade.

Pimenta (2017), em sua tese, revelou a urgência de uma maior eficácia e efetividade das ações recomendadas pelas políticas públicas, na intenção de torná-las mais consistentes e estruturantes de ações e práticas, coerentes com os princípios de uma educação inclusiva.

A dissertação feita por Ferreira (2016) teve como objetivo os elementos da política de inclusão de estudantes cegos na Educação Superior brasileira e o processo que envolve o acesso e a permanência.

Azevedo (2017), em sua dissertação, buscou compreender as repercussões das redes sociais significativas de estudantes com deficiência no contexto do Educação Superior.

Freitas (2015), em sua dissertação, analisou o ingresso e o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência no Educação Superior na UFBA.

A dissertação de Urban (2016) também analisou o acesso e a permanência no ensino superior de pessoas com deficiência, a partir de teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras.

Existe um considerável número de dispositivos legais, sob a forma de Decretos, Leis, Portarias, Resoluções, no âmbito da Legislação Federal, que tratam desde o ingresso, perpassando pelo acesso e a permanência de estudantes com deficiência na Educação

Superior. Porém, Pimenta (2017) afirma que as ações dos aparatos legais precisam ser mais eficazes e que as IES ainda encontram dificuldades em efetivá-las.

Anache e Cavalcante (2018) destacam que essas dificuldades se encontram nas barreiras no currículo, na falta de recursos acessíveis e formação profissional docente. Com isso, as condições de permanência fica limitada aos esforços individuais e dos familiares, conforme mencionam Alcoba (2008), Maiola, Boos e Fischer (2008), Moreira (2011), Anache, Rovetto e Oliveira (2014) e Cabral (2017).

De acordo com Rosseto (2005), Moreira, Bolsanello e Seger (2011), Anache, Rovetto e Oliveira (2014) se torna necessário um avanço na aplicação das políticas públicas na intenção de superar todas essas condições de barreiras, afim de criar estratégias educacionais para o acesso e permanência do estudante com deficiência nos cursos de graduação na perspectiva da inclusão.

Nesse sentido, além das resistências relacionadas à eficácia das políticas públicas, percebemos a existência das barreiras atitudinais, que se caracterizam por atitudes ou comportamentos que impedem ou até mesmo prejudicam a participação da pessoa com deficiência em condições e oportunidades que favoreçam seu aprendizado e sucesso na Educação Superior.

#### **b) Acessibilidade, inclusão e práticas pedagógicas**

Nessa segunda categoria, analisamos as dissertações e as teses com objetivo a análise da acessibilidade, inclusão e práticas pedagógicas para a promoção da inclusão de estudantes com deficiência, garantindo assim condições de acessibilidade nos ambientes físicos, na comunicação ou nas práticas pedagógicas, de tal forma, que superem os obstáculos para aprendizagem.

Rodrigues (2018), em sua dissertação, ressaltou os principais desafios encontrados pelos estudantes e professores, resultando na necessidade da formação continuada, a fim de melhorar o uso e criação de recursos de tecnologia assistiva, materiais adaptados, avaliações e as dificuldades de aprendizagem dos estudantes com Deficiência Visual nos conteúdos de Ciências Biológicas.

Os resultados da dissertação de Shimite (2017) apontam para necessidade de pesquisas que abordem o processo inclusivo com vistas à elaboração de materiais adaptados, estabelecimento de um trabalho colaborativo entre os professores e o aluno com deficiência, que favoreçam a exploração das potencialidades do aluno com deficiência visual.

A tese de Oliveira (2017) apontou para a inadequação de recursos de acessibilidade no sentido de reconhecer, nos candidatos ao vestibular com deficiência visual, a diferença entre pessoas com cegueira e com baixa visão. Concluindo que existe uma identidade da pessoa com deficiência visual que está respaldada nas necessidades pedagógicas individuais.

Siqueira (2017), em sua dissertação, analisou os recursos necessários para que os ambientes virtuais de aprendizagem possibilitem a acessibilidade em um curso a distância, autonomia e independência de estudantes com deficiência visual.

Messerschmidt (2018), na sua dissertação, verificou, discutiu, sistematizou e propôs parâmetros para a elaboração de um instrumento de orientações didático-pedagógicas que atenda às especificidades da comunidade acadêmica.

A dissertação de Zampar (2015), indicou que o enfrentamento dos desafios relativos à instituição e ao estudo foi percebido como negativo, sendo destacadas práticas pedagógicas inadequadas para atender às necessidades educacionais especiais; falha na disponibilização de materiais didático-pedagógicos; falta de apoio da universidade e acessibilidade física precária.

Almeida (2016), em sua dissertação, observou avanços e estagnações no processo de inclusão, indicando a necessidade de mecanismos de circulação de sentidos positivos sobre a pessoa com deficiência e sua inclusão, além do estabelecimento de espaços de discussão para repensar tais práticas a fim de subsidiar o reconhecimento e articulação dos mesmos enquanto sujeitos constitutivos do espaço universitário brasileiro.

Nas discussões das teses e dissertações é possível verificar situações que revelam falta de acessibilidade, que vai em sentido contrário com o que a Lei Brasileira de Inclusão (2015) conceitua a acessibilidade:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015, Art. 3º).

De acordo com Cantorani e Pilatti (2015), a acessibilidade, por sua vez, é um conceito relacionado ao cenário de se promover a inclusão. Em sua amplitude, perante a evolução social alcançada, constitui-se em uma multiplicidade de dimensões, como acessibilidade atitudinal, acessibilidade arquitetônica, acessibilidade metodológica, acessibilidade programática, acessibilidade instrumental, acessibilidade nos transportes, acessibilidade nas comunicações, acessibilidade digital.

Considerando que a acessibilidade e a inclusão na Educação Superior brasileiro são temas recentes. Sendo mais recente, ainda, a obrigatoriedade das cotas para pessoas com deficiência, que está regulamentada na Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Fazemos as mesmas perguntas que fizeram Cantorani et al. (2020): “Como está ocorrendo esse processo? Ou, em outros termos: A acessibilidade e a inclusão estão efetivando-se de fato? As Instituições de Educação Superior estão promovendo — de que forma, a que custo, com que apoio — a acessibilidade e a inclusão dessa população?”.

De acordo com os resultados dos trabalhos categorizado nessa análise, as Instituições vêm tentando se adequar para conseguir oferecer condições de acessibilidade para os alunos, porém ainda é evidente os impedimentos encontrados, que por sua vez, acontecem na falta de materiais adaptados, na inadequação das práticas pedagógicas, nas barreiras arquitetônicas e atitudinais e na falta de apoio da comunidade acadêmica.



**c) Suportes, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos**

Nessa terceira e última categoria, reunimos as dissertações e as teses que tratam sobre os suportes, os recursos de tecnologia assistiva e os materiais didáticos. Esses elementos são essenciais para a pessoa com deficiência realizar sua graduação com recursos básicos e atingir a aprendizagem com qualidade, equiparando condições e favorecendo a independência e um meio de acesso à informação.

Na dissertação de Silva (2018), foi identificado os serviços oferecidos pelos núcleos de acessibilidade, e os resultados apontam que a maior parte dessas instituições tem se preocupado com a divulgação online das atividades dos núcleos, descrevendo os serviços de apoio e de recursos de acessibilidade.

Sehnen (2018), em dissertação, verificou que os recursos da cartografia tátil são ainda pouco conhecidos e encontrados na Educação Superior, mas considera unânime a importância dessa metodologia de ensino, orientando e acompanhando a aprendizagem a partir de recursos táteis.

Na dissertação de Santiago (2016), os resultados apontam para demanda de planejamento e adequação dos materiais didáticos pelos professores e técnicos administrativos. A adaptação dos textos tornou-se procedimento primordial para a garantia de uma educação de qualidade, possibilitando suporte necessário para o processo ensino-aprendizagem.

Os suportes, os recursos de tecnologia assistiva e os materiais didáticos são ações implementadas pelas universidades, como uma forma de garantir a permanência dos estudantes com deficiência, permitindo a criação de ambientes favoráveis, espaços acessíveis, materiais e recursos adaptados, livros em Braille, computadores adaptados com leitores de tela, monitorias.

Dessa forma, os alunos conseguem se desenvolver nas atividades de uma forma produtiva e autônoma, participando da vida acadêmica e podendo sentir realmente integrante da comunidade universitária. Assim, os suportes, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos são determinante à permanência bem sucedida dos alunos com deficiência na universidade (CASTRO; ALMEIDA, 2014).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo do Estado da Arte foi possível identificar que as pesquisas analisadas também apontaram que as universidades têm oferecido condições para que os estudantes com deficiência visual possam frequentar esse nível de ensino, porém, há lacunas a serem superadas, e, com isso, o processo de aprendizagem do aluno com deficiência visual fica limitado e com muitas barreiras, as quais perpassam as estruturas físicas das instituições, a falta de materiais e as atitudinais negativas.



Além disso, os estudos apontaram para um ponto crítico no processo inclusivo - a formação dos professores. Estes não possuem formação pedagógica e nem acesso a conteúdos voltados para a inclusão. Como consequência dessa lacuna, não conseguem desenvolver práticas inclusivas, o que compromete o acesso ao conhecimento pelos alunos com deficiência.

Dessa forma, além das resistências relacionadas à eficácia das políticas públicas, percebemos a existência das barreiras atitudinais, que se caracterizam por atitudes ou comportamentos que impedem ou até mesmo prejudicam a participação da pessoa com deficiência em condições e oportunidades que favoreçam seu aprendizado e sucesso na Educação Superior.

Considerando o exposto, podemos dizer que as IES não estão preparadas para atender as demandas que têm aparecido. Há uma lentidão no processo de inclusão por parte das Universidades e, para tanto, é necessária uma preparação em todos os aspectos e a eliminação de barreiras físicas, sociais, atitudinais, pedagógicas, curriculares, entre outras, para que, de fato, aconteça a permanência e o sucesso desse aluno nesse nível de ensino. Também se destaca como demanda o investimento na formação dos futuros docentes que atuarão com este público.

## REFERÊNCIAS

- ALCOBA, S. A. C. **Estranhos no ninho**: a inclusão de alunos com deficiência na UNICAMP. 2008. 231f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- ALMEIDA, J. G. A. **A individualização do sujeito**: deslocamentos na articulação das pessoas com deficiência a partir da educação superior. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.
- ANACHE, A. A.; CAVALCANTE, L. D. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência no ensino superior. **Psicologia Escolar e Educacional**, p. 115-125, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-115.pdf>>. Acesso em 20 maio. 2019.
- ANACHE, A. A.; ROVETTO, S. S. M.; Oliveira, R. A. Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 299-312, 2014.
- AZEVEDO, L. A. **As repercussões das redes sociais significativas de estudantes com deficiência no contexto do ensino superior**. 2017. 111 f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 maio 2020.
- BRASIL. Edital nº 8. **Programa Incluir**. Diário Oficial da União, n. 126, seção 3, Brasília, DF, 4 jul. 2006, p.

30-31. Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**, 2010. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Sobre a doença. **O que é Covid-19**. Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 27 out. 2020.

CABRAL, L. S. A. Inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 3, p. 371-387, 2017.

CANTORANI, J. R. H.; PILATTIET, L. A.; HELMANN, C. L.; SILVA, S. C. R. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED; v. 25, e250016, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782020000100214&ln=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782020000100214&ln=en&nrm=iso)> Acesso em: 05 jun. 2019.

CANTORANI, J. R. H.; PILATTI, L. A. Acessibilidade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: análise a partir de relatórios do Inep e do olhar do gestor. **Educ. Rev.** Curitiba, n. 57, p. 171-189, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602015000300171&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000300171&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CASTRO, S. F. de; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, jun. 2014.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; GOMIDE, A. B. **Projeto Incluir**: acesso e permanência na UFU. In: *Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade*. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 333-352.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA, E. L. L. S. **A política de inclusão de estudantes cegos na Educação Superior na UFRN: do acesso à permanência**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FREITAS, M. A. G. **Equidade e eficácia no ensino superior**: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

LUDWIG, A. C. W. Métodos de Pesquisa em Educação. **EDUCAÇÃO EM REVISTA** (UNESP. MARÍLIA), v. 15, p. 7-32, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, S. E. S. O.; GOMEZ, A. J. V.; FERNANDES, Y. Z.; BENETTI, C. S. Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 11, n. 17, nov. 2017.

MENDONÇA, P. V. O. A metodologia científica em pesquisas educacionais: pensar e fazer ciência. **Interface Científicas – Educação**, Aracajú, v. 5, n. 3, p. 87-96, 2017.



MESSERSCHMIDT, D. W. **Autonomia nos processos de aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior**. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

MORTATTI, M. R. L. et al. **Sujeitos da história do ensino de leitura e da escrita no Brasil**. São Paulo: Unesp Digital, 2015.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; Seger, R. G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiência em foco. **Educar em Revista**, n. 41, p.125-143, 2011.

OLIVEIRA, M. V. M. **Acessibilidade e ensino superior**: desvendando caminhos para o ingresso e permanência de alunos com deficiência visual na Universidade Regional do Cariri - URCA sob a perspectiva da avaliação educacional. 2017. 241 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PACHECO, R.V.; COSTAS, F. A. T. Processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, 2006.

PIMENTA, C. M. F. M. **Acesso e permanência de estudantes com deficiência visual em uma Instituição de Educação Superior**. 2017. 239 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RODRIGUES, L. B. **A deficiência visual e o ensino de ciências biológicas: uma investigação da Educação Básica ao Ensino Superior**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SANTIAGO, J. V. B. **Possibilidades e limitações nas práticas pedagógicas no ensino superior**: uma análise do material didático e dos recursos de tecnologia assistiva acessíveis as pessoas com deficiência visual. 2016. 82 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SASSAKI, R. **Inclusão**: a universidade e a pessoa com deficiência. Rede SACI, online, 19 de out 2006. Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi&parametro=18675>>. Acesso em: Dia maio. 2020.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. Á. **Fundamentos para la investigación educativa**: presupuestos epistemológicos que orientam al investigador. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa, Editorial Magisterio, 1998.

SEHNEM, C. E. **Cartografia tátil**: política inclusiva para estudantes com deficiência visual na educação superior. 2018. 185 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

SHIMITE, A. S. O. **Inclusão e educação tecnológica em foco**: percepções de uma aluna com deficiência visual, de seus professores e de seus colegas. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2017.

SILVA, D. S. **Suportes para estudantes com deficiência visual no ensino superior**. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

SILVA, R. H. R.; GAMBOA, S. S. Análise epistemológica da pesquisa em educação especial: a construção de um instrumental de análise. **Atos de pesquisa em educação**, Blumenau, v. 6, n. 2, p. 373-402, 2011.

SIQUEIRA, A. L. F. C. **Acessibilidade em ambientes virtuais de aprendizagem**: possibilidades para estudantes com deficiência visual. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2017.

URBAN, A. L. P. **Um estudo de produções científicas**: ingresso e permanência de universitários com deficiência. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

ZAMPAR, J. A. S. **Integração à universidade na percepção de estudantes com deficiência**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.